



## **PROGRAMA DE PROCEDIMENTO**

Aquisição de serviços para elaboração de oito planos municipais de ação  
climática  
Concurso Público

CPV 90713000-8 – Serviços de consultoria sobre questões ambientais

---

Penafiel, julho de 2023

## ÍNDICE

Artigo 1.º – Identificação e objeto do concurso.....	3
Artigo 2.º – Entidade adjudicante .....	3
Artigo 3.º – Decisão de contratar.....	3
Artigo 4.º – Plataforma eletrónica .....	3
Artigo 5.º – Agrupamentos.....	3
Artigo 6.º – Idoneidade dos concorrentes .....	4
Artigo 7.º – Concorrência .....	5
Artigo 8.º – Consulta e fornecimento das peças de procedimento .....	5
Artigo 9.º – Esclarecimento e retificações .....	5
Artigo 10.º – Proposta e seus elementos .....	6
Artigo 11.º – Modo de apresentação das propostas .....	7
Artigo 12.º – Assinatura eletrónica .....	8
Artigo 13.º – Documentos da proposta.....	8
Artigo 14.º – Acesso às propostas dos outros concorrentes e confidencialidade .....	9
Artigo 15.º – Propostas variantes e negociação.....	10
Artigo 16.º – Prazo para apresentação das propostas.....	10
Artigo 17.º – Prazo de manutenção das propostas.....	10
Artigo 18.º – Preço base .....	10
Artigo 19.º – Preço anormalmente baixo.....	10
Artigo 20.º – Critério de adjudicação .....	11
Artigo 21.º – Análise das propostas e relatório preliminar.....	11
Artigo 22.º – Audiência prévia.....	12
Artigo 23.º – Relatório final.....	13
Artigo 24.º – Adjudicação.....	13
Artigo 25.º – Notificação da decisão de adjudicação.....	13
Artigo 26.º – Causas de não adjudicação .....	13
Artigo 27.º – Documentos de habilitação .....	14
Artigo 28.º – Caducidade da adjudicação .....	14
Artigo 29.º – Redução a escrito do contrato.....	15
Artigo 30.º – Aprovação e notificação da minuta do contrato .....	15
Artigo 31.º – Formalização do contrato .....	15
Artigo 32.º – Encargos dos concorrentes e do adjudicatário .....	16
Artigo 33.º – Sigilo .....	16
Artigo 34.º – Legislação aplicável.....	16
Artigo 35.º – Contagem dos prazos.....	16

### **Artigo 1.º – Identificação e objeto do concurso**

1. O presente procedimento tem por objeto a aquisição de serviços para elaboração de oito planos municipais de ação climática e um plano intermunicipal de ação climática.
2. O presente procedimento segue a tramitação do concurso público sem publicidade no Jornal Oficial da União Europeia, nos termos dos artigos 130.º a 148.º do Código dos Contratos Públicos (CCP).

### **Artigo 2.º – Entidade adjudicante**

A entidade adjudicante é a Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa (CIM do Tâmega e Sousa), com sede na Avenida José Júlio, 42, 4560-547 Penafiel.

### **Artigo 3.º – Decisão de contratar**

A decisão de contratar que deu início ao procedimento foi tomada em 14 de julho 2023, por despacho do Secretariado Executivo da CIM do Tâmega e Sousa, no exercício da competência delegada em reunião do Conselho Intermunicipal da CIM do Tâmega e Sousa de 20/06/2023.

### **Artigo 4.º – Plataforma eletrónica**

1. O procedimento decorre integralmente na plataforma eletrónica de contratação pública Acingov, e a participação no concurso depende de prévia inscrição na mesma, disponível no endereço [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt).
2. Todos os documentos carregados na plataforma eletrónica devem ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, nos termos do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
3. O acesso à plataforma eletrónica é gratuito e permite efetuar a consulta, o download das peças do procedimento, e apresentar propostas, para além dos demais atos previstos na lei.

### **Artigo 5.º – Agrupamentos**

1. Podem ser concorrentes, agrupamentos de pessoas singulares e coletivas, qualquer que seja a atividade por elas exercida, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação, desde que, cumulativamente, respeitem as seguintes condições:

- a) Os elementos que integrem o agrupamento respeitem o disposto no artigo anterior;
  - b) Os elementos que compõem o agrupamento declarem, de acordo com o modelo constante do Anexo I, que, em caso de adjudicação, e antes da celebração do contrato, se associam na modalidade de consórcio externo, de acordo com os números seguintes.
2. A constituição jurídica dos agrupamentos não é exigida aquando da apresentação da proposta, mas as empresas agrupadas ficam responsáveis solidariamente, perante a entidade adjudicante, pelo pontual cumprimento das obrigações emergentes da proposta.
  3. Cada entidade pode integrar apenas um agrupamento, não podendo nenhuma entidade, em simultâneo, integrar um agrupamento e participar individualmente no presente procedimento concursal.
  4. Sempre que duas ou mais entidades concorrentes, no presente concurso público, tenham como sócios/acionistas ou gerentes/administradores a(s) mesma(s) pessoa(s), entende-se que, nos termos da Lei n.º 19/2012, de 08 de maio, entre elas não pode haver concorrência, assim, caso pretendam apresentar proposta terão obrigatoriamente de se constituir como agrupamento concorrente, sob pena de todas essas empresas serem excluídas do concurso, sem prejuízo do disposto no artigo 121.º do Código do Procedimento Administrativo.
  5. Todos os membros de um agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta.
  6. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, a declaração referida na alínea b) do n.º 1 deve ser assinada pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes.

#### **Artigo 6.º – Idoneidade dos concorrentes**

1. Os concorrentes e, no caso de agrupamentos, cada uma das entidades que o compõem, têm de apresentar declaração emitida conforme minuta constante do Anexo I do Programa do Concurso, em como não se encontram em nenhuma das situações referidas no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
2. A verificação de qualquer das situações previstas no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos, relativamente a qualquer dos concorrentes, agrupamento ou membro de agrupamento

concorrente acarreta a imediata exclusão da entidade ou do agrupamento, consoante o caso, mesmo que a irregularidade não se verifique em relação aos demais elementos que os integram.

#### **Artigo 7.º – Concorrência**

A prática de atos ou acordos suscetíveis de falsear as regras da concorrência é inadmissível e importará a exclusão da proposta, bem como será imediatamente comunicada à Autoridade da Concorrência, nos termos do n.º 4 do artigo 70.º do Código dos Contratos Públicos, sem prejuízo das consequências legais aplicáveis ao caso concreto.

#### **Artigo 8.º – Consulta e fornecimento das peças de procedimento**

1. As peças do presente procedimento são o programa de procedimento, o caderno de encargos e o anúncio.
2. As peças do procedimento serão integralmente disponibilizadas na plataforma eletrónica de contratação pública identificada no artigo anterior, desde o dia da publicação do Anúncio no Diário da República e até ao termo do prazo para a apresentação de propostas.
3. Os potenciais interessados no procedimento apenas adquirem essa posição, nomeadamente para efeitos de comunicações e notificações relativas à fase de formação do contrato, após terem efetuado o respetivo registo na plataforma eletrónica.

#### **Artigo 9.º – Esclarecimento e retificações**

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento são da competência do Júri do procedimento, devendo os mesmos ser solicitados, por escrito, até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, através da plataforma eletrónica identificada no artigo 4.º.
2. Os esclarecimentos são prestados, por escrito, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
3. O órgão competente para a decisão de contratar pode proceder à retificação de erros e omissões das peças do procedimento, nos termos e no prazo previsto no número anterior.
4. Os esclarecimentos e as retificações referidos nos números anteriores são disponibilizados na plataforma eletrónica de contratação identificada no artigo 4.º e juntos às peças do

- procedimento que se encontrem patentes para consulta, fazendo parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.
5. Quando as retificações ou esclarecimentos sejam comunicados para além do prazo estabelecido para o efeito, o prazo fixado para a apresentação das propostas é prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao do atraso verificado.
  6. Sem prejuízo do referido no número anterior quando as retificações referidas, independentemente do momento da sua comunicação, ou a aceitação de erros e omissões do caderno de encargos, nos termos do disposto no artigo seguinte, implicarem alterações de aspetos fundamentais das peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas é prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao tempo decorrido desde o início daquele prazo até à comunicação das retificações ou à publicitação da decisão de aceitação de erros e omissões.
  7. A pedido fundamentado de qualquer interessado, o prazo fixado para a apresentação das propostas pode ser prorrogado pelo período considerado adequado, o qual aproveita a todos os interessados.
  8. As decisões de prorrogação nos termos do disposto nos números anteriores cabem ao órgão competente para a decisão de contratar, devendo ser juntas às peças do procedimento e notificadas a todos os interessados, publicando-se imediatamente aviso daquelas decisões.
  9. Em casos devidamente fundamentados, poderá o júri praticar os atos que se refere o presente artigo, devendo os mesmos ser objeto de ratificação pelo órgão competente para a decisão de contratar.

#### **Artigo 10.º – Proposta e seus elementos**

1. A proposta é a declaração pela qual o concorrente manifesta a sua vontade de contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo.
2. Na proposta os concorrentes devem indicar todos os elementos solicitados, devendo para o efeito considerar todas as condições e informações constantes do presente programa de procedimento, caderno de encargos e demais documentos anexos.
3. A proposta deve ser assinada pelo concorrente ou seus representantes legais que, nesse caso, deverão apresentar um documento oficial que lhes confira tais poderes.

**Artigo 11.º – Modo de apresentação das propostas**

1. A proposta, assim como todos os documentos submetidos na plataforma eletrónica, devem ser assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica próprios ou dos seus representantes legais, nos termos do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
2. Nos documentos eletrónicos com ficheiros compactados em formato .zip.\*, ou equivalente, a aposição de uma assinatura eletrónica qualificada deve ocorrer em cada um dos documentos eletrónicos que os constituem, assegurando-lhes nos termos da lei a força probatória de documento particular assinado, sob pena de causa de exclusão da proposta nos termos do artigo 146.º do CCP.
3. No caso em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter na plataforma eletrónica um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante.
4. Nos termos do disposto nos artigos 68.º a 70.º da Lei n.º 96/2015, cabe ao concorrente codificar a proposta, apresentando a sua identificação, bem como, preencher o formulário principal.
5. Quando algum documento se encontre disponível na internet, o concorrente pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à entidade contratante o endereço do sítio onde aquele pode ser consultado, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos dele constante estejam redigidos em língua portuguesa.
6. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, os documentos devem ser assinados pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, devem ser assinados por todos os membros ou respetivos representantes.
7. Em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou autenticidade dos documentos que constituem a proposta, apresentados diretamente na plataforma eletrónica, pode a entidade contratante exigir ao concorrente a apresentação dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada.
8. O preço da proposta será expresso em Euros, por extenso e algarismos, e não incluirá IVA. Em caso de divergência, prevalece o preço indicado por extenso.

9. Não é admissível a apresentação de propostas variantes e as propostas apresentadas não serão objeto de negociação.

#### **Artigo 12.º – Assinatura eletrónica**

1. Todos os documentos submetidos na plataforma eletrónica, incluindo os documentos que constituem a proposta, deverão ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada.
2. Os certificados a que se refere o número anterior são emitidos por uma entidade certificadora credenciada pela Autoridade Nacional de Segurança (informação disponível em: [www.gns.gov.pt](http://www.gns.gov.pt)).
3. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter na plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante, designadamente a certidão do registo comercial (ou código de acesso) ou procuração.

#### **Artigo 13.º – Documentos da proposta**

1. Sob pena de exclusão, a proposta, na definição que lhe é dada pelo artigo 56.º do CCP, deve ser constituída pelos seguintes documentos:
  - a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I ao presente convite;
  - b) O preço da proposta, cf. Anexo III, será expresso em Euros, por extenso e algarismos, e não incluirá IVA, devendo o concorrente indicar a taxa legal aplicável. Em caso de divergência, prevalece o preço indicado por extenso;
  - c) Plano de Trabalho da execução do contrato, com o referente cronograma temporal e afetação da equipa;
  - d) Documento onde conste a identificação dos membros da equipa a afetar à prestação dos serviços em conformidade com a proposta apresentada (cf. Anexo V) devendo nesta constar obrigatoriamente, sob pena de exclusão da proposta, pelo menos um elemento por área nuclear (cf. n.º 2 da Cláusula 28.ª do Caderno de Encargos);
  - e) Documento onde conste a experiência profissional da equipa técnica afeta (cf. Anexo VII);



- f) Curriculum Vitae sucinto de todos os elementos da equipa a afetar à execução do contrato que permita aferir a pontuação dos fatores ET e EXP do modelo de avaliação de propostas constante do Anexo IV.
  - g) Declarações de cada um dos elementos da equipa técnica (cf. Anexo VI) na qual declarem integrar a equipa;
  - h) Certidão Permanente, ou documento equivalente que revele o poder de representação e a assinatura do assinante;
  - i) Outros documentos que o concorrente considere indispensáveis, para efeito do disposto na parte final da alínea b) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP.
2. Os anexos a que se referem as alíneas anteriores devem ser preenchidos na sua totalidade e apresentados através da plataforma eletrónica, sem efetuar quaisquer alterações à sua integridade, estrutura ou formato, devendo ser preenchidas apenas as “células” indicadas para preenchimento, não podendo, em caso algum, ser acrescentados quaisquer elementos ou informações adicionais.
3. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, o Anexo I, deve ser assinado pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos ao referido documento os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes.

#### **Artigo 14.º – Acesso às propostas dos outros concorrentes e confidencialidade**

1. Por motivos de segredo comercial, industrial, ou outro legalmente atendível, os concorrentes podem requerer, até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, a classificação, nos termos da lei, de documentos que constituem a proposta, para efeitos da restrição ou da limitação do acesso aos mesmos na medida do estritamente necessário.
2. A decisão sobre a classificação de documentos que constituem a proposta deve ser notificada aos interessados, pelo Júri, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, aplicando-se os demais termos previstos no artigo 66.º do CCP.

**Artigo 15.º – Propostas variantes e negociação**

Não é admissível a apresentação de propostas variantes e as propostas apresentadas não serão objeto de negociação.

**Artigo 16.º – Prazo para apresentação das propostas**

1. As propostas e os documentos que as acompanham devem ser apresentados diretamente pelos concorrentes ou seus representantes, através da plataforma eletrónica, até às 17h00 do 15.º (décimo quinto) dia contado da data do envio do anúncio para publicação.
2. A receção das propostas é registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregue aos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo dessa receção.
3. Os concorrentes devem prever o tempo necessário para a inserção das propostas e documentos que as acompanham, bem como para a sua assinatura eletrónica qualificada, em função do tipo de acesso à Internet de que dispõem, uma vez que todo esse processo só será permitido até à hora referida no n.º 1 do presente artigo.
4. Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados que já as tenham apresentado devem retirá-las sempre que pretendam apresentar nova proposta dentro daquele prazo.

**Artigo 17.º – Prazo de manutenção das propostas**

Os concorrentes obrigam-se a manter as suas propostas durante o prazo mínimo de 66 (sessenta e seis) dias, contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

**Artigo 18.º – Preço base**

O preço base para efeitos do presente procedimento é de 135.187,50€ (cento e trinta e cinco mil, cento e oitenta e sete euros e cinquenta cêntimos), enquanto montante máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato.

**Artigo 19.º – Preço anormalmente baixo**

A entidade adjudicante opta por não definir qualquer limiar para determinação automática do preço anormalmente baixo, reservando-se para depois de conhecer o conteúdo da proposta, se pronunciar,

na circunstância da mesma apresentar um preço anormalmente baixo, caso em que será solicitado ao concorrente os esclarecimentos relativos aos elementos constitutivos do preço proposto e considerados relevantes.

#### **Artigo 20.º – Critério de adjudicação**

O critério de adjudicação é o da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade multifator, cf. alínea a, n. º1, do artigo 74.º do CCP, estando o modelo de avaliação disposto no anexo IV ao Programa do Procedimento.

Em caso de empate, será seguido o critério abaixo indicado:

- a) À proposta com o preço mais baixo;
- b) À proposta com fator EXP com maior pontuação;
- c) À proposta com fator ET com maior pontuação;
- d) Sorteio entre as propostas relativamente às quais se verifica o empate, nos seguintes moldes:
  - i. O Júri notifica os concorrentes que apresentaram as propostas submetidas ao sorteio com uma antecedência mínima de três dias, da data, da hora e do local da sua realização;
  - ii. A cada concorrente é atribuído o número correspondente à ordem de entrada da sua proposta e que serviu de base à elaboração da lista dos concorrentes;
  - iii. Numa urna são introduzidas as bolas com os números respetivos, procedendo-se seguidamente à sua extração pelo Presidente do Júri, ou nas suas faltas e impedimentos pelo 1.º vogal efetivo;
  - iv. A ordenação das propostas objeto do sorteio é efetuada de acordo com a ordem da extração efetuada.

#### **Artigo 21.º – Análise das propostas e relatório preliminar**

1. Após a análise das propostas e a aplicação do critério de adjudicação, o júri elabora fundamentadamente um relatório preliminar de análise das propostas.
2. No relatório a que se refere o número anterior, o júri deve também propor, fundamentadamente, a exclusão das propostas:
  - a) Que tenham sido apresentadas depois do termo fixado para a sua apresentação;

- b) Que sejam apresentados por concorrentes em violação do disposto no n.º 2 do artigo 54.º do CCP;
  - c) Que sejam apresentadas por concorrentes relativamente aos quais a entidade adjudicante tenha conhecimento que se verifica alguma das situações previstas no artigo 55.º do CCP, sem prejuízo do disposto no artigo 55.º-A do mesmo código;
  - d) Que não sejam constituídas por todos os documentos e elementos exigidos nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 57.º do CCP e no artigo 11.º do presente programa de procedimento;
  - e) Que não cumpram o disposto nos n.ºs 4, 5 e 6 do artigo 57.º do CCP;
  - f) Que não cumpram o que resulta do disposto no número 2 do artigo 11.º do presente programa de procedimento;
  - g) Que violem o disposto no n.º 7 do artigo 59.º do CCP;
  - h) Cujo preço contratual seja superior ao preço base;
  - i) Que não observem as formalidades do modo de apresentação das propostas fixadas nos termos do disposto no artigo 62.º do CCP;
  - j) Que sejam constituídas por documentos falsos ou nas quais os concorrentes prestem culposamente falsas declarações;
  - k) Que sejam apresentadas por concorrentes em violação do disposto nas regras do presente programa de procedimento;
  - l) Cuja análise revele alguma das demais situações previstas no n.º 2 do artigo 70.º do CCP.
3. Quando o mesmo Concorrente apresente mais de uma proposta, em violação do disposto no n.º 7 do artigo 59.º do CCP, o Júri deve também propor a exclusão de todas as propostas por ele apresentadas.

#### **Artigo 22.º – Audiência prévia**

1. Elaborado o relatório preliminar, o Júri do procedimento envia-o a todos os concorrentes ao abrigo do direito de audiência prévia para, querendo, se pronunciarem por escrito através da plataforma, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

2. Em simultâneo serão disponibilizados a todos os concorrentes as informações e comunicações de qualquer natureza que estes tenham prestado, bem como as versões finais integrais das propostas apresentadas.

#### **Artigo 23.º – Relatório final**

Cumprido o disposto no artigo anterior, o Júri do procedimento elabora um relatório final fundamentado nos termos do disposto no artigo 148.º do CCP.

#### **Artigo 24.º – Adjudicação**

A adjudicação é o ato pelo qual o órgão competente para a decisão de contratar aceita a única proposta apresentada ou escolhe uma de entre as propostas apresentadas.

#### **Artigo 25.º – Notificação da decisão de adjudicação**

1. A decisão de adjudicação é notificada, em simultâneo, a todos os concorrentes.
2. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar deve notificar o adjudicatário para apresentar os documentos de habilitação exigidos no presente programa de procedimento e nos termos do disposto no artigo 81.º do CCP;
3. As notificações referidas nos números anteriores devem ser acompanhadas do relatório final de análise das propostas.

#### **Artigo 26.º – Causas de não adjudicação**

1. Não haverá lugar a adjudicação, extinguindo-se o procedimento, quando:
  - a) Nenhum candidato se haja apresentado ou nenhum concorrente haja apresentado proposta;
  - b) Todas as candidaturas ou todas as propostas tenham sido excluídas;
  - c) Por circunstâncias imprevistas, seja necessário alterar aspetos fundamentais das peças do procedimento, circunstâncias em que é obrigatório dar início a um novo procedimento no prazo máximo de seis meses a contar da data da notificação da decisão de não adjudicação.

- d) Circunstâncias supervenientes relativas aos pressupostos da decisão de contratar o justifiquem.
- 2. A decisão de não adjudicação, bem como os respetivos fundamentos, será notificada a todos os concorrentes.

#### **Artigo 27.º – Documentos de habilitação**

1. O adjudicatário deve submeter na plataforma eletrónica, no prazo 5 (cinco) dias a contar da notificação da decisão de adjudicação, os seguintes documentos:
  - a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II ao presente programa de procedimento e do qual faz parte integrante;
  - b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP;
  - c) Declaração do Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE) nos termos da Portaria n.º 233/2018, de 21 de agosto.
  - d) Número de identificação pessoal e número de identificação fiscal da(s) pessoa(s) que intervém(êm) no contrato.
2. Os documentos de habilitação devem ser apresentados em formato digital, através da plataforma eletrónica.
3. Na eventualidade de serem detetadas irregularidades nos documentos de habilitação apresentados, será concedido um prazo de 2 (dois) dias para a respetiva supressão.
4. Quando os documentos a que se faz referência se encontrem disponíveis na Internet, os fornecedores selecionados podem, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar o endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítios e documentos delas constantes estejam redigidos em língua portuguesa.

#### **Artigo 28.º – Caducidade da adjudicação**

A adjudicação caduca nomeadamente se:

- a) Por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação, seguindo-se quanto ao mais o regime previsto nos n.ºs 1, 2 e 4 do artigo 86.º e no artigo 87.º, todos do CCP;

- b) Por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não assinar o contrato, seguindo-se quanto ao mais o regime previsto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 105.º do CCP;

**Artigo 29.º – Redução a escrito do contrato**

1. O contrato a celebrar com o fornecedor selecionado será reduzido a escrito, no qual serão fixados os termos do contrato a celebrar.
2. Fazem sempre parte integrante do contrato, independentemente da sua redução a escrito:
  - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
  - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
  - c) O caderno de encargos;
  - d) A proposta adjudicada;
  - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

**Artigo 30.º – Aprovação e notificação da minuta do contrato**

1. A minuta do contrato é aprovada pelo órgão competente para a decisão de contratar e notificada ao adjudicatário em simultâneo com a decisão de adjudicação, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 22.º do presente programa de procedimento.
2. A minuta do contrato será notificada ao adjudicatário nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 100.º do CCP.

**Artigo 31.º – Formalização do contrato**

1. Depois de aprovada e notificada ao adjudicatário a minuta do contrato a celebrar, considera-se esta aceite quando haja declaração expressa nesse sentido ou quando não haja reclamação nos 5 (cinco) dias subsequentes à respetiva notificação.
2. O contrato será assinado eletronicamente, com recurso a assinatura digital qualificada, na competente plataforma de compras públicas.

**Artigo 32.º – Encargos dos concorrentes e do adjudicatário**

1. Constituem encargo dos concorrentes as despesas com a elaboração das respetivas propostas.
2. As despesas e encargos decorrentes da celebração do contrato são por conta do adjudicatário.

**Artigo 33.º – Sigilo**

Os concorrentes obrigam-se a garantir o sigilo, quer por si ou seus trabalhadores, quer por seus contratados, quanto a informações, documentos ou dados que venham a ter conhecimento ou acesso no âmbito do presente procedimento, mantendo-se tal obrigação mesmo após o seu termo.

**Artigo 34.º – Legislação aplicável**

Em tudo o que se revelar omissos no presente programa de procedimento, observar-se-á o disposto no CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com alterações, sendo as mais recentes as introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 33/2018, de 15 de maio.

**Artigo 35.º – Contagem dos prazos**

Todos os prazos previstos no presente programa de procedimento contam-se em dias úteis, com exceção do prazo de apresentação de propostas que se conta em dias seguidos.